

Folha Nacional

de 14/08/2022 a 20/08/2022 | Edição Especial de Agosto | Ano 1

pela verdade

**GOVERNO
INCOMPETENTE**

INCÊNDIOS

O CENÁRIO É DEVASTADOR

E AINDA SÓ VAMOS A MEIO DA ÉPOCA

DESDE O INÍCIO DO ANO, JÁ FORAM CONSUMIDOS MAIS DE 90 MIL HECTARES DE FLORESTA. SOMOS O PAÍS DA EUROPA COM MAIS ÁREA ARDIDA EM TERMOS PERCENTUAIS E ESTAMOS ENTRE OS TRÊS PAÍSES DA EUROPA COM MAIS ÁREA ARDIDA EM TERMOS ABSOLUTOS - PÁGINA 2

Política
**BOMBEIROS
CRITICAM
CRITÉRIO DE
ATRIBUIÇÃO DE
VEÍCULOS PELO
GOVERNO**

PÁGINA 4

Política
**CHEGA
QUESTIONA
"TROCA DE
FAVORES" ENTRE
MEDINA E
FIGUEIREDO**

PÁGINA 4

Política
**CHEGA QUER
PROIBIR O
NEGÓCIO DA
MADEIRA
QUEIMADA**

PÁGINA 4

País

**BOMBEIROS COM REFEIÇÕES
DE MISÉRIA NO COMBATE
ÀS CHAMAS**

PÁGINA 5

Opinião

**NÃO HÁ QUE TER RECEIO
EM CLASSIFICAR OS INCENDIÁRIOS
COMO TERRORISTAS**

PÁGINA 3

INCOMPETÊNCIA DO GOVERNO
NA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

O CENÁRIO É DEVASTADOR

E AINDA SÓ VAMOS A MEIO DA ÉPOCA

Desde o início do ano, já foram consumidos mais de 90 mil hectares de floresta. Somos o país da Europa com mais área ardida em termos percentuais e estamos entre os três países da Europa com mais área ardida em termos absolutos.

Os números são impressionantes. Até ao dia de hoje e desde o princípio do ano, os incêndios já consumiram mais de 90 mil hectares de floresta no nosso país. No que diz respeito a valores absolutos de área ardida, Portugal só é ultrapassado pela Espanha e pela Roménia, mas em termos de percentuais, ocupa o primeiro lugar dos países da União Europeia, com quase 1% do seu território consumido pelas chamas, seguido da Roménia com 0,64%.

Recorde-se que ainda estamos a meio da chamada "época dos incêndios", sendo que as previsões meteorológicas para as próximas semanas não são animadoras, pelo que será mais ou menos inevitável que o flagelo dos fogos volte a assolar as populações e a área ardida venha a aumentar. Este é um problema que tem vindo a afetar o país ano após ano, e que teve um pico trágico com os incêndios de 2017, o pior ano de que há memória,

onde morreram 109 pessoas nos incêndios de Pedrógão e da região centro e arderam mais de 500 mil hectares, mas relativamente ao qual pouco tem sido feito pelo Governo em termos de políticas públicas.

A verdade é que a tão falada Reforma Florestal continua por fazer e a desproporção entre aquilo que é investido na prevenção, e o que se investe no combate, demonstra bem a falta de planeamento que continua a existir. Os números do Orçamento de Estado não enganam: prevê-se 300 milhões para o combate aos incêndios e apenas 30 milhões para o pacote florestal.

Por outro lado, o negócio obscuro da madeira ardida, que movimenta milhões de euros todos os anos, a corrupção na contratação de meios de combate aos incêndios, que continua a proliferar, e os incendiários, que continuam a beneficiar de uma justiça lenta, e muitas vezes benevolente, são fatores que contribuem para que este flagelo se mantenha ano após ano.

Por seu lado, o Governo, quando começa a ver que a situação se começa a descontrolar, propõe a criação de grupos de estudo e comissões, como foi o caso do recente incêndio que devastou um quarto do Parque Natural da Serra da Estrela e consumiu mais de 24 mil hectares. Estes grupos de estudo, na sua maioria, produzem conclusões que raramente são adotadas.

A constante desresponsabilização relativamente aos incêndios é já vista como uma prática do Governo de António Costa, que responsabiliza as condições meteorológicas, os portugueses ou mesmo "problemas estruturais", sem nunca assumir, em nenhum momento, a culpa do Governo socialista nesta matéria, que nos últimos 27 anos governou 20.

CHEGA apresenta propostas para combater o flagelo dos incêndios

Na temática dos incêndios, o CHEGA tem apresentado diversas propostas, sendo que a última visa acabar com o negócio da madeira queimada, no sentido de dar resposta e prevenir incêndios cuja motivação seja económica.

Ao mesmo tempo, tem pedido penas mais pesadas para os incendiários, propondo a prisão perpétua para este tipo de crimes, e que sejam considerados terroristas.

O CHEGA tem ainda uma visão para a floresta portuguesa como uma floresta biodiversa e resiliente, economicamente viável e fonte de riqueza para os territórios. Para isso, propõe acabar com a taxa social para as empresas florestais em zonas de perigo alto e muito alto e um pacote fiscal de estímulo à reestruturação fundiária e ao aumento da dimensão da exploração, promovendo a criação de sociedades agrícolas com a baixa do IMT ou até mesmo a sua isenção.

NÃO HÁ QUE TER RECEIO EM CLASSIFICAR OS INCENDIÁRIOS DE TERRORISTAS

Foi a 6 de Setembro de 1966: o terrível incêndio que, durante 6 dias lavrou na serra de Sintra, onde perderam a vida 25 militares.

Sem meios aéreos, sistema de telecomunicações, carros com tração às quatro rodas, equipamentos protetores de altas temperaturas - mas, pasme-se, com capacetes de latão e botas de borracha - bombeiros e militares defenderam heroicamente a vila, e o património histórico da serra de Sintra. Na altura, os Canadair não existentes foram substituídos pela chuva que caiu abundantemente seis dias após o início de tão grave tragédia.

Se, na altura, era difícil determinar as razões que provocaram o incêndio referido, hoje em dia o avanço da ciência permite mais facilmente identificar as causas dos incêndios.

Acresce dizer que o facto de, em 2006 o governo (de José Sócrates, no qual o Ministro da Administração Interna era António Costa) ter feito um autêntico bloqueio administrativo ao estatuto dos Guardas Florestais, veio agravar toda a estrutura de prevenção no meio rural.

Hoje em dia, a opinião do atual Ministro da Administração Interna, é de que "O quadro legal que temos hoje é um quadro legal e penal suficiente", e "... 50% daqueles que estão identificados como tendo contribuído para as causas dos incêndios são pessoas de idade, que o fizeram sem dolo".

DOLO, é os partidos de esquerda estarem no poder desde 1976 e, excetuando meia dúzia de alterações à moldura penal feitas pelo governo de Passos Coelho, tudo se manter.

DOLO, é não haver uma investigação séria aos que corrompem os inimputáveis com meia dúzia de "tostões".

DOLO, são as falhas constantes do sistema de comunicações. Se a negligência merece cas-

tigo, os atos premeditados terão que ser fortemente castigados, com penas que possam chegar até ao máximo que a lei permita.

Os incêndios criminosos "embrulham-se" com as negociações da madeira queimada, da localização dos locais onde poderão nascer minas de lítio, do aluguer de meios aéreos. Negociações que envolvem centenas de milhões de euros, que têm que ser investigadas de uma forma séria. Tudo isto sim, um verdadeiro DOLO.

Segundo o dicionário Priberam, incendiário é a "pessoa que provoca voluntariamente um incêndio". Voluntariamente significa propositadamente, e quem o faz é um criminoso. Logicamente um criminoso merece ser punido. Mas, aqui, põe-se a questão da imputabilidade e da inimputabilidade.

Inimputável é "o que ou quem não pode ser responsabilizado por um facto punível, por se considerar não ter as faculdades mentais e a liberdade necessárias para avaliar o ato quando o praticou".

Por outro lado, o imputável é o "que ou quem pode ser responsabilizado por um facto punível, por se considerar ter as faculdades mentais e a liberdade necessárias para avaliar o ato quando o praticou".

No caso do inimputável, há que investigar se o incêndio foi provocado por vontade própria, por alguém mentalmente doente, tendo que ter tais indivíduos sob controle, reduzindo a possibilidade de que possam dar início a tragédias brutais. Ou provocado a mando de terceiros, que cobardemente se escondem por trás de um doente que não tem noção do ato que praticou.

Feita uma investigação honesta, e definidos os tais "terceiros", não há que ter receio em classificá-los como criminosos ou, mais justamente, TERRORISTAS.



JORGE GALVEIAS
DEPUTADO DO
PARTIDO CHEGA

CHEGA QUER QUE CASO DE SÉRGIO FIGUEIREDO SEJA EXPLICADO PELA D.G. FINANÇAS

O CHEGA considera que “há explicações que continuam por dar” após a renúncia de Sérgio Figueiredo ao cargo de consultor do ministro das Finanças, e questiona se houve “alguma espécie de troca de favores” entre os dois. Em comunicado, a direção nacional do partido refere que “recebeu sem surpresa a notícia da renúncia de Sérgio Figueiredo como consultor do Ministério

das Finanças”, apontando que “a pressão pública e o sentimento de imoralidade do seu vencimento, perante os restantes funcionários públicos, mesmo do Ministério das Finanças, assim o ditavam”. “Há, no entanto, explicações que continuam por dar”, defende o CHEGA, reiterando “o pedido que fez à Inspeção-Geral das Finanças para uma investigação aos pagamentos efetuados entre Medina e Fi-

gueiredo e se em algum momento houve alguma espécie de troca de favores”. O partido considera ainda que a “vida pública, especialmente a vida política tem de pautar-se por critérios de transparência e legalidade, critérios que, neste caso, apareciam, no mínimo, distorcidos”. Sérgio Figueiredo renunciou ao cargo de consultor, comunicando a sua decisão através de um texto publicado no Jornal de Negócios.



CHEGA QUER PÔR FIM AO NEGÓCIO DA MADEIRA QUEIMADA

Um projeto de lei que deu entrada na Assembleia da República na quinta-feira, o partido defende que a iniciativa pretende “dar resposta e prevenir incêndios cuja motivação seja económica”. No diploma, o Grupo Parlamentar do CHEGA alega que, após os incêndios, “os madeireiros pagam um terço do valor aos produtores florestais pela madeira queimada, apesar de esta continuar a ter utilidade para vários fins”. “Estas situações resultam num enorme prejuízo para os proprietários e produtores florestais. Estes acabam por ter que vender a madeira a um preço muito inferior ao que venderiam normalmente”, lê-se no documento. Afirmando que “os incêndios ocorridos sobretudo no verão fazem circular muitas verbas à conta da destruição e da terra queimada”. O CHEGA defende que “devem ser tomadas medidas concretas no que respeita à indústria criada com os incêndios e às motivações económicas que circulam em torno da mesma”. “Assim, o CHEGA vem propor a proibição da venda de madeira queimada, com o propósito de desincentivar a prática criminosa com o objetivo de obter vantagem económica na compra da madeira queimada”, lê-se no projeto de lei.

BOMBEIROS CRITICAM CRITÉRIO DE ATRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS

O presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, que reuniu com o presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, criticou os critérios do Governo para atribuição de veículos às corporações. “A Liga desde o primeiro momento que não concordou com a distribuição das viaturas, conforme estava a ser proposta, e fizemos eco disso junto do anterior Governo, dizendo que os critérios que estavam a ser estabelecidos podem ser transparentes, mas que deveriam ser complementados com outros”, afirmou António Nunes, convidado pelos Voluntários da Marinha Grande para melhorar se inteirar do parque automóvel, envelhecido, daquela corporação do distrito de Leiria. O dirigente salientou que não está a dizer que “os corpos de bombeiros a quem as viaturas estão destinadas não tenham necessidade”, mas “quando o pão é pouco, há que o distribuir por forma a contentar o maior número possível de situações”.

O presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, Pedro Franco, também discorda dos critérios para a “atribuição dos 81 veículos na base do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência]”, que na sua interpretação “não são as adequadas”. A reunião, que decorreu à porta fechada, também com o presidente da Câmara da Marinha Grande e com o presidente da Federação Distrital dos Bombeiros de Leiria, pretende evidenciar que as viaturas da corporação “são poucas e já não estão a caminhar para novas, já que algumas já estão fora do prazo há muitos anos”, disse Pedro Franco, ao lamentar que para o distrito tivessem sido atribuídos dois veículos para os Voluntários de Pombal e para os Sapadores de Leiria. “Crítico os critérios, que são transparen-



tes, mas o que não entendo é que haja municípios, que tenham em falta 20 e 30 veículos de combate aos incêndios florestais. Acho uma disparidade e qualquer coisa que não está bem”, referiu. Segundo António Nunes, esta é a segunda vez que o Governo entrega viaturas, nos últimos “14 a 15 anos”, “o que quer dizer que só cerca de 30% dos corpos de bombeiros em Portugal é que vão ter uma viatura atribuída pelo Estado”. O presidente da liga questionou ainda a razão de não ter sido “alocado mais financiamentos no plano do PRR e estranhou ainda que “no mesmo PRR houvesse um vasto conjunto de investimentos a serem realizados noutras forças, designadamente na Autoridade Nacional de Emergência Proteção Civil,

que diretamente quer através da Força Especial de Proteção Civil e também na UEPS [Unidade de Emergência de Proteção e Socorro] da GNR”. “Se formos ver, no valor global daquilo que é o apetrechamento do país para as situações de emergência, os bombeiros não são aqueles que vão ter a maior fatia. Quando há uma associação que sente que, por via de não ter capacidade com as suas viaturas, de prestar um bom serviço ao cidadão, é evidente que a Liga vem saber o que se passa e fará eco desses problemas junto de quem de direito”, sublinhou. Para o dirigente, “desde que acabou o Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), que acabou o plano de investimento nos corpos bombeiros”. Além disso, acrescentou, os cidadãos

pagam uma taxa para os bombeiros no seu seguro. “Esses 35 milhões de euros, mais os cerca de 15 milhões de euros que vêm dos jogos da Santa Casa da Misericórdia, dá cerca de 50 milhões, eram para financiar as estruturas do SNB. Quando foi extinto e foi integrado na Proteção Civil, essa verba passou a fazer parte de um bolo da Proteção Civil e não dos bombeiros”, lamentou. Confrontado com o número de veículos em estado avançado de vida nos corpos de bombeiros de todo o país, António Nunes disse não ter esses dados, porque a Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil não lhes fornece. Por isso, pediu a todos os corpos de bombeiros do país para informarem as federações distritais, cujo levantamento ainda decorre.



SONDAGEM: 44% DOS PORTUGUESES DÃO RAZÃO AO CHEGA SOBRE SANTOS SILVA

Os números não enganam: os portugueses não têm gostado da atuação do Presidente da Assembleia da República face ao CHEGA e a André Ventura. Questionados, na sondagem da Intercampus para o CM/Jornal de Negócios, se Augusto Santos Silva deve dar opiniões e fazer críticas sobre as posições dos deputados, 44% acham mal, 29,3 acham bem e cerca de 21% não assumem posição.

Recorde-se que o Presidente da Assembleia da República assumiu uma atitude inédita no Parlamento, ao interromper André Ventura durante uma declaração política e ao fazer considerações sobre a posição do CHEGA em matéria de imigração, durante o debate plenário. Fica agora claro que a maioria dos portugueses quer e espera outra atitude do Presidente da Assembleia da República.

CAMPANHA DE CEREAIS DE INVERNO FOI A 2.ª PIOR DESDE À 105 ANOS

A seca contribuiu para a segunda pior campanha de cereais de inverno dos últimos 105 anos, de acordo com as previsões agrícolas, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). "As previsões agrícolas, em 31 de julho, apontam para uma campanha cerealífera fortemente marcada pela seca extrema que acompanhou grande parte do ciclo vegetativo dos cereais de inverno", apon-



tou a autoridade estatística.

A atual campanha deverá ser a segunda pior desde que existem registos sistemáticos, apenas superior à produção de 2012 e próxima da de 2005, que foram igualmente anos de secas extremas.

A colheita dos cereais de outono/inverno ficou concluída no final de julho, apesar das restrições impostas à utilização de máquinas agrícolas, devido ao elevado risco de incêndio.

BOMBEIROS DESNUTRIDOS COM REFEIÇÕES DE MISÉRIA NO COMBATE ÀS CHAMAS



Continua a haver queixas por parte dos bombeiros relativamente ao tipo de alimentação que lhes é dada durante o combate aos incêndios.

O Folha Nacional teve acesso a fotografias de refeições oferecidas aos bombeiros durante o combate ao

maior incêndio deste ano – que deflagrou na Serra da Estrela e consumiu cerca de 15 mil hectares – e pode constatar que, pelo conteúdo das mesmas, tinham um valor nutricional desadequado ao esforço que é exigido num combate a um incêndio.

Acréscimo ainda que a Autoridade

Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) estipula uma comparticipação de 10 euros por refeição (almoço e jantar) e 2,75 euros para pequeno-almoço e lanche, sendo que o valor expectável das refeições apresentadas nas imagens é bastante inferior a esse.

Como é sabido, a logística, neste tipo de operações, fica a cargo do município através do Serviço Municipal de Proteção Civil, pelo que seria importante, a bem da transparência, saber qual o valor/refeição que será apresentado à ANEPC por estas entidades.



MAIS DE 6.500 ENFERMEIROS JÁ PEDIRAM ESCUSA DE RESPONSABILIDADE

Mais de 6.500 enfermeiros pediram escusa de responsabilidade principalmente por falta de profissionais para garantir a segurança dos cuidados prestados, sendo a maioria trabalhadores dos hospitais de Leiria e das Caldas da Rainha, segundo a Ordem dos Enfermeiros (OE).

Os números revelados pela Ordem dos Enfermeiros mostram que as declarações de escusa de responsabilidade quintuplicaram desde novembro de 2021, altura em que tinham sido entregues 1.300 declarações.

"Em causa está a degradação dos serviços, sobretudo devido à falta de enfermeiros, o que leva ao incumprimento das dotações seguras, pondo em causa a qualidade e segurança dos cuidados prestados", refere a Ordem.

A Ordem dos Enfermeiros já recebeu 6.541 pedidos de escusa de responsabilidade, mais 974 face a junho (5.567), quando divulgou os últimos dados.

"Só na zona Centro, os pedidos de escusa ascendem a 4.500, sobretudo, devido às situações que se vivem em Leiria e nas Caldas da Rainha", sublinha.

Entre as declarações que chegaram à OE, a maioria corresponde a profissionais do Hospital de Leiria (3.484), do Centro Hospitalar do Oeste (constituído pelas unidades hospitalares de Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras) – Caldas da Rainha (561) e do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (338).

Em janeiro de 2021, em plena crise pandémica, a Ordem disponibilizou esta declaração para acautelar eventuais ações disciplinares, civis ou mesmo criminais dos doentes a seu cargo.

Citando estudos internacionais, a ordem refere que "por cada doente a mais a cargo de um enfermeiro a mortalidade sobe 7% nos hospitais".

CERCA DE 30 CONCELHOS EM RISCO MÁXIMO DE INCÊNDIO

Cerca de 30 concelhos dos distritos da Guarda, Viseu, Castelo Branco, Portalegre, Santarém e Faro estão em risco máximo de incêndio, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), que prevê uma subida da temperatura máxima.

De acordo com a informação disponível no 'site' do IPMA, estão em risco muito elevado de incêndio todo o interior Norte e Centro e alguns municípios do litoral nos concelhos de Aveiro, Coimbra e Leiria, do litoral alentejano e do Algarve. Em risco elevado, o IPMA colocou toda a região do Alentejo e dezenas de municípios dos distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Viseu, Vila Real, Porto, Aveiro, Braga e Viana do Castelo. O risco de incêndio, determinado pelo IPMA, tem cinco níveis, que vão de 'reduzido' a 'máximo', e os cálculos são obtidos a partir da temperatura do ar, humidade relativa, velocidade do vento e quantidade de precipitação nas últimas 24 horas.





ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA DE OLHÃO CONDENADO POR INJÚRIAS A COMERCIANTE DA CIDADE

O Adjunto do gabinete de apoio do presidente da Câmara Municipal de Olhão foi condenado em tribunal por injúrias a um comerciante da cidade. A sentença, produzida no passado mês de Julho, assume ainda maior importância, uma vez que Sérgio Viana já tinha sido notícia, em fevereiro, graças ao episódio da ameaça com um machado a um cidadão em plena via pública e cujo vídeo foi amplamente divulgado por todos os meios de comunicação audiovisuais. Uma situação para a qual a direcção distrital do CHEGA já tinha alertado, exigindo na altura que o funcionário fosse

exonerado do cargo que ocupava. 5 mil euros de indemnização e 60 dias de multa ao tribunal, foi o resultado da sentença produzida pelo Tribunal da Comarca de Olhão, relativamente ao facto dado como provado de Sérgio Viana ter injuriado e ameaçado um comerciante local, alegadamente por este se recusar a pagar um valor em dinheiro que o acusado reclamava. A conclusão deste episódio vem reacender um outro mais mediático e cujas consequências públicas obrigaram o presidente da Câmara Municipal de Olhão, António Miguel

Pina, a intervir, se bem que de forma discreta. Confrontado com as imagens captadas por videovigilância onde Sérgio Viana brandia um machado de bombeiro em ameaça clara à integridade física de um cidadão, o edil olhanense decidiu suspender provisoriamente o funcionário, prometendo a abertura de um inquérito para averiguações do qual seria ele próprio o instrutor. Volvidas algumas semanas o funcionário terá voltado a exercer as suas funções no gabinete do presidente e, ao que a Folha Nacional pode apurar, ainda nada se

sabe sobre o referido inquérito. Para além do cargo já citado Sérgio Viana é funcionário da Fesnima, uma empresa municipal de Olhão da qual terá suspenso funções para se tornar assessor. Para trás uma longa história de ligação ao Partido Socialista e em especial a António Francisco Pina, pai do actual presidente da CMO, e que, entre outras funções públicas foi por duas vezes presidente da Região de Turismo do Algarve. Em fevereiro, pouco depois dos acontecimentos noticiados, o CHEGA emitiu um comunicado onde

exigia o afastamento imediato de Sérgio Viana de todos os cargos públicos. A falta de transparência existente no seio da administração local tem sido uma das preocupações do partido, cuja coragem de denunciar os favorecimentos políticos, as relações de compadrio e o funcionamento obscuro de muitas das empresas municipais ficou bem patente durante a campanha à própria Câmara Municipal de Olhão, onde o candidato do CHEGA, Ricardo Moreira, assumiu para si próprio muita da responsabilidade deste combate.



“NOVOS CAMINHOS À DIREITA” II ACADEMIA DE VERÃO DO CHEGA ARRANCA EM LOULÉ A 25 DE AGOSTO

O Algarve vai acolher a segunda edição da Academia Política de Verão do CHEGA. O Auditório do Convento do Espírito Santo, em Loulé, será o palco do certame intitulado “Novos Caminhos à Direita” que irá decorrer entre os dias 26 e 28 de Agosto. Uma iniciativa da Juventude do Partido que pretende promover o envolvimento dos jovens na política e assumir-se como a legítima representante da “Direita Nacional e Patriótica em Portugal”.

Depois da Nazaré, é a vez de Loulé juntar os jovens do CHEGA, e muitos outros que se identificam com os ideais da direita, num ambiente de debate e aprendizagem. É pelo menos essa a intenção da Juventude do Partido que decidiu premiar a nossa região com mais uma iniciativa política de âmbito nacional, desta vez convicta da necessidade de trabalhar junto dos mais novos e envolvê-los na atividade política. Um intenso programa de três dias trará ao centro histórico de Loulé um vasto conjunto de oradores, nacionais e

estrangeiros, com especial destaque, entre outros, para Jaime Nogueira Pinto, Vasco Rato, o deputado belga Filip Brusselmans ou o político húngaro Zoltán Lukács. O encerramento dos trabalhos ficará a cargo do presidente do partido, André Ventura. O evento é destinado a jovens até aos 30 anos e a Direcção Distrital bem como a Juventude CHEGA Algarve reforçam o convite a todos para que se juntem ao desafio de redescobrir a política e combater o absentismo crescente das novas gerações.

RECORDAR O GENERAL JOÃO DE ALMEIDA BRUNO

Segundo “camaradas de armas”, era um homem sem medo e, apesar de ter a sua tendência política, a mesma nunca se fez vincar nas suas ações como oficial e militar.

Em 1974, foi um dos participantes da tentativa de golpe contra o Estado Novo, que ficou conhecido como o golpe das caldas, tendo sido salvo posteriormente de uma tentativa de assassinato por parte da PIDE.

O General Almeida Bruno nasceu em Lisboa em 30 de julho de 1935, na freguesia de Santa Isabel. Entrou no exército em 1952, e em 1953 fez parte do curso de oficiais que também integrou Ramalho Eanes, Loureiro dos Santos e Melo Antunes.

Na Guerra do Ultramar, esteve colocado em Angola e na Guiné, tendo feito quatro comissões entre 1961 até 1973, nomeadamente como Oficial de Operações e Informações do Centro de Instrução de Comandos de Angola - 1967-1968 (Capitão),

Ajudante-de-Campo do Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné - 1968-1970 (Capitão), Chefe do Centro de Operações Especiais / Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné - 1971-1973 (Major) e Comandante do Batalhão de Comandos da Guiné - 14JUL71 a 22JUL73 (Major). Em 1974, foi um dos integrantes do golpe das Caldas que tentou derrubar o Estado Novo, uns meses antes do 25 de Abril de 1974, o que lhe valeu uma tentativa de assassinato ‘supostamente’ orquestrada pela PIDE. Após o 25 de Abril de 1974, foi um dos homens fortes de Spínola, tendo sido preso pelas forças de extrema-esquerda em Caxias, de 12MAR a 29JUL75, preso em Caxias e de 30JUL a 29NOV75, com residência fixa - Por envolvimento no Movimento de 11 de Março. Almeida Bruno foi ainda membro da delegação portuguesa nas negociações com o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em Londres, em 1974, e do Conselho de Estado. Após o 25 de Abril, foi diretor da Academia Militar. O seu percurso terminou no Supremo Tribunal Militar, a que presidiu entre 1994 e 1998. Depois, passou à reforma. É um dos oficiais portugueses com maior número de condecorações nacionais e estrangeiras.

O Partido CHEGA vai dar entrada de um voto de pesar na Assembleia da República, em memória do Homem, do Pai, do Marido e do enorme Militar que foi o General João de Almeida Bruno.



ECONOMIA PORTUGUESA ACUMULA MAIOR DÉFICE EXTERNO DESDE 2011

Portugal registou um défice externo de 3.215 milhões de euros até junho, o mais elevado do primeiro semestre desde 2011, que compara com um défice de 721 milhões em igual período de 2021, divulgou o Banco de Portugal (BdP). Segundo o BdP, no mês de junho de 2022, a balança corrente e de capital atingiu um excedente de 526 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 271 milhões de euros relativamente ao mesmo período de 2021.

“Esta subida do excedente da balança corrente e de capital deveu-se ao acréscimo dos excedentes das balanças de serviços, de rendimento primário e de capital, que foram parcialmente contrabalançados pelo crescimento do défice da balança de bens e pela redução do excedente da balança de rendimento secundário”, apontou o BdP. O aumento do défice da balança de bens, para 2.119 milhões de euros, reflete um crescimento das importações superior ao

das exportações em relação a junho de 2021, de 40,6% e 36,4%, respetivamente. No que se refere às exportações e às importações de serviços, aumentaram, respetivamente, 76,5% e 44,8% relativamente a junho de 2021, tendo contribuído para esta evolução, “em particular, as rubricas de viagens e turismo, de outros serviços fornecidos por empresas e de transporte aéreo”, referiu o regulador da banca.

TAXAS EURIBOR SOBEM E ATINGEM NOVOS MÁXIMOS

As taxas Euribor subiram em todos os prazos, pelo segundo dia consecutivo, com todos os juros a registarem novo máximo. A taxa Euribor a seis meses, a mais utilizada nos créditos à habitação em Portugal, subiu para os 0,826%, mais 0,073 pontos face à véspera (0,753%), registando novo máximo em 10 anos (agosto de 2012).

A média da Euribor a seis meses subiu de 0,162% em junho para 0,466% em julho.

A Euribor a seis meses esteve negativa durante seis anos e sete meses (entre 06 de novembro de 2015 e 03 de junho de 2022).

O prazo a três meses registou, pelo segundo dia consecutivo, novo máximo, nos 0,391%, mais 0,040 pontos face aos 0,351% da véspera. Esta taxa entrou em terreno positivo em 14 de julho, pela primeira vez desde abril de 2015.

A taxa Euribor a três meses esteve negativa entre 21 de abril de 2015 e 13 de julho último (sete anos e dois meses).

A média da Euribor a três meses subiu de -0,239% em junho para 0,037% em julho.

Relativamente ao prazo de 12 meses, a Euribor subiu também 0,083 pontos, para 1,229%, contra 1,146% na sessão anterior, um máximo em mais de 10 anos.

Esta taxa tinha registado em 22 de julho o máximo de quase 10 anos, quanto atingiu os 1,200%. Após ter disparado em 12 de abril para 0,005%, pela primeira vez positiva desde 05 de fevereiro de 2016, a Euribor a 12 meses está em terreno positivo desde 21 de abril.

A média da Euribor a 12 meses avançou de 0,852% em junho para 0,992% em julho.

As Euribor começaram a subir mais significativamente desde 04 de fevereiro, depois de o Banco Central Europeu (BCE) ter admitido que poderia subir as taxas de juro diretoras este ano devido ao aumento da inflação na zona euro e a tendência foi reforçada com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro.

Na reunião de política monetária realizada em 21 de julho, o BCE aumentou em 50 pontos base as três taxas de juro diretoras, a primeira subida em 11 anos, com o objetivo de travar a inflação.

O BCE indicou também que nas próximas reuniões continuará a subir as taxas de juro.

DEMITE-SE A PRESIDENTE DO IEFP APOS POLEMICA COM SUBSÍDIO DE DESEMPREGO



A presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) demitiu-se do cargo na sequência das dúvidas legais levantadas por ter acumulado subsídio de desemprego com atividades “pontuais” para a sua empresa, notícia avançada pelo jornal Negócios.

O jornal adianta que o Governo aceitou na quinta-feira a demissão de Adelaide Franco, mas que não revelou o conteúdo do parecer do Instituto da Segurança Social (ISS) sobre as dúvidas legais levantadas neste caso. Citando fonte oficial do Ministério do Trabalho e da Segurança Social,

o Negócios escreve que “estão já agendadas entrevistas com os candidatos indicados pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública”.

Em causa está o subsídio de desemprego que Adelaide Franco recebeu entre março de 2020 e outubro de 2021, período durante o qual desempenhou atividades pontuais para a Mindsetplus, empresa que a tinha despedido em 2019, da qual é sócia, e que terá a filha como gerente.

O caso, que levantou várias críticas dos partidos políticos e dos parceiros sociais, foi divulgado em julho

pelo Negócios, que na altura escrevia que o “percurso da presidente do IEFP levanta dúvidas legais”, porque, “ao contrário do que indica o despacho de nomeação, Adelaide Franco recebeu subsídio de desemprego quando foi dispensada da empresa que fundou” – a Mindsetplus – “e que a voltou a contratar”. De acordo com o jornal, Adelaide Franco alegou que as atividades que teve entretanto nessa empresa foram “pontuais” e “não remuneradas”, mas, ainda assim, “olhando em abstrato para a legislação, advogados concluem que não pode

haver atividade com a empresa que deu origem ao subsídio, mesmo que não remunerada”.

Ainda em julho, dois meses depois de ter sido nomeada para a presidência do IEFP em regime de substituição, Adelaide Franco pediu um esclarecimento ao Instituto da Segurança Social. Na altura, prontificava-se a devolver os montantes do subsídio de desemprego, se fossem considerados indevidos.

Até ao momento, o parecer do ISS não foi divulgado, mas o Negócios adianta que será negativo e que o subsídio terá de ser devolvido.



TRABALHADORES DA TAP EM PROTESTO PELA MELHORIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO

Várias centenas de trabalhadores da TAP, entre pilotos, tripulantes de cabine e técnicos de manutenção, manifestam-se em Lisboa numa marcha silenciosa até ao Ministério das Infraestruturas, pela melhoria da qualidade do serviço e sustentabilidade da empresa. Os pilotos, tripulantes de cabine e técnicos de manutenção de aeronaves, maioritariamente fardados ou vestidos de preto e branco, começa-

ram a concentrar-se na praça do Campo Pequeno, de onde seguiram em silêncio para o Ministério liderado por Pedro Nuno Santos, que fica próximo do local, onde entregaram uma carta. O protesto foi convocado pelo Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) e o Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves (SITEMA), numa ação que dizem ser inédita.

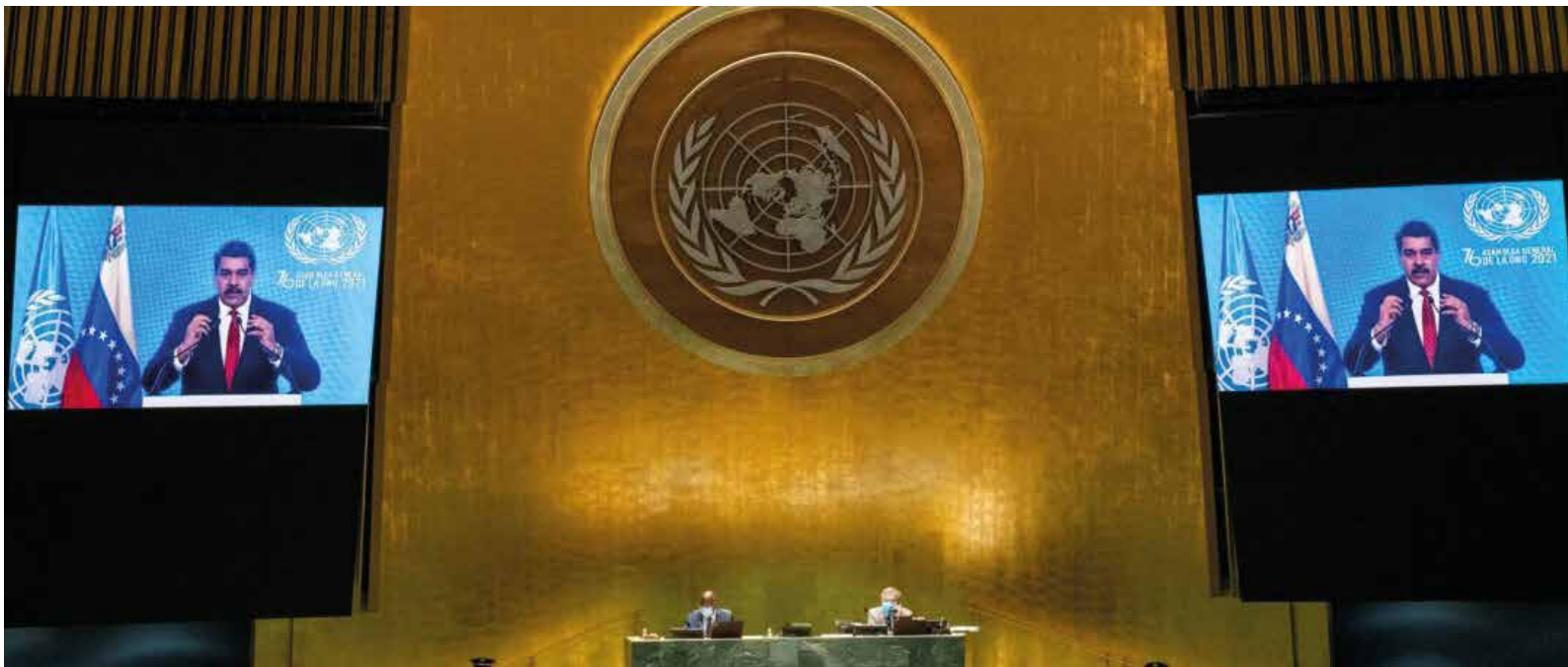
TAIWAN DENUNCIA INCURSÕES DE ESQUADRILHA CHINESA

Um total de 22 aviões e seis navios militares chineses fizeram incursões em áreas à volta de Taiwan no domingo, informou o Ministério da Defesa da ilha. As incursões, de acordo com o comunicado citado pela agência noticiosa taiwanesa CNA, coincidiram com a chegada de uma delegação de congressistas norte-americanos que se reúnem com representantes do Governo taiwanês durante a visita. A viagem dos legisladores acontece 12



dias após a líder da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, ter visitado o território, o que indignou Pequim. Segundo o Ministério da Defesa, dez dos aviões chineses atravessaram uma linha no Estreito de Formosa que tem funcionado como uma fronteira não oficial tacitamente respeitada por Taipé e Pequim nas últimas décadas, mas atravessada nas últimas semanas pelas forças chinesas durante manobras militares.

O COMUNISMO CONTINUA A DESTRUIR A VENEZUELA. ONU IRÁ APOIAR 5,2 M DE VENEZUELANOS ATÉ 2023



A Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR) lançou segunda-feira uma atualização do Plano de Resposta Humanitária 2022-2023 para a Venezuela, para apoiar 5,2 milhões de venezuelanos. Para financiar o plano a ONU precisa de 795 milhões de dólares (782,5 milhões de euros). O Plano de Resposta Humanitária (PRH) tem como finalidade “prestar assistência, reforçar a prestação de serviços essenciais, meios de subsistência e proteção, dando prioridade com base no nível de vulnerabilidade” e consiste em 145 projetos em execução por 125 associados, entre eles agências da ONU e organizações governamentais

nacionais e internacionais. No documento, divulgado pela ACNUR-Venezuela, explica-se que “2021 marcou o fim de um ciclo de recessão acelerada da economia venezuelana, após uma contração acumulada de 75% ao longo dos últimos oito anos”. “Em 2022, prevê-se que se produzirá um crescimento que levará tempo a traduzir-se em melhorias significativas no acesso aos serviços básicos, à restauração dos meios de subsistência e à redução dos riscos de proteção”, acrescenta-se. O PRH procura contribuir para que a Venezuela possa atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e

define como áreas prioritárias a saúde da população, nutrição, a segurança alimentar e meios de subsistência, a mobilidade humana, os riscos de proteção, a prestação e acesso ao serviço, e acesso à educação. “Com base na capacidade operacional demonstrada, durante os próximos dois anos os parceiros do Plano procurarão ajudar 5,2 milhões de pessoas (...). As crianças e adolescentes representam 40% da população alvo. A maior parte das atividades se realizam em oito estados: Amazonas, Apure, Bolívar, Delta Amacuro, Falcón, Miranda, Sucre e Zúlia”, indica-se no documento, precisando que “a definição de

prioridades geográficas será revista e coordenada periodicamente com as autoridades nacionais”. O PRH dá continuidade a programas anteriores que a ONU desenvolve na Venezuela desde 2019 e tem os objetivos estratégicos de contribuir para o bem-estar das pessoas priorizadas por grupo etário, género e diversidade, através de uma resposta humanitária multissetorial e sob uma abordagem baseada nos direitos. Por outro lado, pretende-se também reduzir a vulnerabilidade e reforçar as capacidades de recuperação e resistência das pessoas e, reforçar os mecanismos institucionais e co-

munitários para prevenir, mitigar e responder aos riscos de proteção. Além disso, o Plano procurará apoiar as autoridades nacionais na preparação, mitigação e resposta a catástrofes naturais e de origem humana adversas, no qual se sublinha que em 2021, a Venezuela sofreu fortes chuvas e inundações que afetaram cerca de 95 municípios do país. “A implementação dos projetos requer a mobilização de 795 milhões de dólares em 2022 dólares, com uma atualização prevista para o final de ano, tendo em conta possíveis alterações no contexto e a fim de rever projetos e requisitos financeiros para 2023”, explica-se.



DIREITA ITALIANA 20 PONTOS À FRENTE NAS SONDAGENS A UM MÊS DE ELEIÇÕES

Os partidos da direita italiana, comandados pelos Irmãos de Itália, continua a liderar as sondagens a um mês das eleições, com quase 50% dos votos e 20 pontos percentuais à frente do bloco do centro-esquerda. A última sondagem do Instituto Tecnológico atribui ao conjunto de partidos liderado pelo partido Irmãos de Itália,

de Giorgia Meloni, 49,8% dos votos contra 30% da coligação da esquerda, liderada pelo Partido Democrata do ex-primeiro-ministro Enrico Letta. Meloni juntou-se à Liga e à Forza Italia, lideradas respetivamente por Matteo Salvini e Silvio Berlusconi. A 09 de agosto, um estudo da Sky TG24 já dava ao bloco de direita 48,2% dos votos. Uma vitória de Meloni nas eleições de

25 de setembro pode abrir caminho à formação de uma maioria de dois terços no parlamento, servindo o objetivo de reforma constitucional já sugerido pelo líder dos Irmãos de Itália. Ainda sobre as eleições, o líder da Liga, Matteo Salvini, disse que a Rússia não afetará “minimamente” os resultados eleitorais, um dia depois do vice-presidente do Conselho de Segurança russo, Dmitri Medvedev, ter pedido aos eleitores europeus que punissem os seus governos “idiotas”. “Trabalhadores, donas de casas, estudantes e reformados escolherão com as suas próprias cabeças”, disse Salvini.